

paralelepipedo parlamentarista

José Nêumanne Pinto

A veterana Ponte Preta de Campinas, conhecida no jargão esportivo como "a Macaca", andava mal das pernas. O presidente do clube, Olindo Rondino, resolveu então contratar o velho Gentil Cardoso, para treinar o time e dar-lhe o campeonato paulista de futebol. No primeiro jogo, antes de conhecer os jogadores, Gentil sentou-se no banco de reservas e foi ouvindo o dirigente repetir a cada má jogada de um futuro "pupilo": "Este jogador é muito bom, mas hoje não está bem. Ele precisa ser burilado." Quando terminou o primeiro tempo, a Ponte já perdia de 3 a 0 e Rondino saiu para tomar um café. Gentil não resistiu e comentou: "Como se fosse possível, burilando um paralelepipedo, transformá-lo num diamante..."

Gentil Cardoso não sabia, mas, encolhido num canto do banco, um garoto ouviu a frase e passou a usá-la sempre que ouve um comentário semelhante, a respeito de um texto mal escrito: "Ele precisa ser burilado." Hoje editor de Política do *Jornal da Tarde*, Sérgio Rondino aprendeu com Gentil Cardoso que não se transformam paralelepipedos em diamantes. E, se a frase que ouviu na infância não fosse bastante, ele teria motivo mais do que suficiente para recitá-la agora que, adulto, tem, por obrigação profissional, contato permanente com um autêntico paralelepipedo do vernáculo: o texto do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, vulgo Cabral II, o *Cabralão*.

O presidente do segundo maior partido político do país, o PFL, senador Marco Maciel, por exemplo, está tragicamente consciente de que este substitutivo vai servir de base ao pior texto constitucional jamais elaborado na história da República brasileira. A tragédia é maior quando se sabe que o senador pernambucano lidera uma bancada de 132 constituintes; que são, no mínimo, cúmplices de todos os problemas que cercam o texto em gestação na intimidade do Congresso Nacional. Não há na triste constatação do ex-presidente da Câmara e ex-governador de Pernambuco nenhum preconceito. Há apenas um amargo realismo crítico baseado em fatos.

O texto final do *Cabralão* é ruim. Não há possibilidades práticas de ele ser muito melhorado, seja nas votações da Comissão de Sistematização, seja no plenário da Constituinte. Não se trata de um perfeccionismo redacional exagerado. O menor problema do *Cabralão* é o constante mau trato impingido à língua portuguesa. O que o torna um paralelepipedo, do qual jamais se extrairá um diamante, é, sobretudo, a circunstância perversa de que, mercê de uma conjuntura política confusa, os constituintes montaram um palimpsesto incoerente e desencontrado. O Cabral II não tem unidade nenhuma, é uma colcha de retalhos que se esgarça ao menor toque.

Esta falta de unidade deve-se basicamente a um defeito congênito do texto. Qualquer Constituição é sempre o resultado da discussão livre e democrática de um texto previamente elaborado, seja por um grande constitucionalista, seja por uma equipe de especialistas, os chamados notáveis. É bem verdade que a experiência com os notáveis foi um fracasso: a Comissão Afonso Arinos, escolhida por Tancredo e nomeada por Sarney, produziu, ela também, um texto confuso e pouco condizente com a realidade brasileira. Mas tal fato deveria ter levado os constituintes a chegarem à conclusão de que o assembleísmo é o pior inimigo de quem quer realmente construir um texto coerente e bem-feito.

A grande maioria de noviços e iniciantes temeu o "elitismo" do texto previamente preparado pelos notáveis e preferiu

apelar para um sistema "piramidal" de redação, com 24 subcomissões e oito comissões temáticas, construindo um texto a partir das contribuições individuais dos constituintes. O método está se revelando um desastre, principalmente porque estimula o "acordismo" unilateral, que tira da Constituição qualquer laivo de unidade. Na verdade, a Constituinte se esfacelou em grupos reduzidíssimos, se entregou aos conchavos personalistas e cada um de seus membros passou a tratar exclusivamente de seus interesses mais imediatos, garantindo sua parte e fazendo qualquer acordo para isso acontecer, sem riscos.

Os estudantes de Comunicação põem nariz de palhaço e ocupam as galerias, para garantir a exclusividade dos empregos nas empresas jornalísticas e de radiodifusão. O ministro do Exército reclama, até à rouquidão, da "anistia" que a esquerda pretende dar aos oficiais levados à reserva pelos atos institucionais do regime autoritário. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, promete pôr suas tropas na rua se for aprovada a "imissão" de posse. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) luta contra a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas para o trabalhador industrial. Ou seja, o imediatismo é a palavra de ordem do momento.

Fruto de tantos equívocos, o texto do relator Bernardo Cabral não podia ser, ele próprio e isoladamente, um acerto. Trata-se de um equívoco a mais. Um reluzente e gordo equívoco, cheio de escorregões gramaticais. Como é a soma de todos os interesses individuais, não tem unidade e em conjunto parece disforme mesmo a seus pais, que são todos os constituintes. Por isso mesmo, a votação na Comissão de Sistematização, que deveria ser encerrada sexta-feira passada, continua, só Deus sabe até quando. O senador Marco Maciel, que conhece bem a história das Constituições e tem experiência na vida parlamentar, calcula que os otimistas devem esperar o texto pronto e aprovado para junho, quem sabe julho, do ano que vem.

Mesmo os que estão dispostos a, no processo final, assiná-la consideram esta pior do que qualquer Constituição que o Brasil já teve. Certamente será a mais demorada. Evidentemente, ninguém é bobo para pensar que haveria, em algum momento, consenso sobre os dispositivos constitucionais. Mesmo a famosa Constituição dos Estados Unidos, longeva de dois séculos e feita por um seletto clube de 55 cavalheiros, não teve a aceitação unânime sequer dos que a redigiram. O mínimo que a nação esperava, contudo, é que a maioria não viesse a se sentir tão frustrada, a ponto de muitos líderes políticos já estarem prevendo o surgimento de um movimento "reviscionista" no dia seguinte ao da promulgação do texto.

Os presidencialistas prevêem, por exemplo, que o candidato a presidente da República que explorar as crises políticas do parlamentarismo, abençoado no paralelepipedo cabralino, até porque está à prova de qualquer revisão nos próximos cinco anos, terá um belo tema eleitoral para asfaltar seu acesso à rampa do Planalto. Mas mesmo que o sistema de governo seja presidencialista, como quer o governo federal, a questão nodal não estará resolvida. Em seu "acordismo" exacerbado, a Constituinte está preparando para o Brasil uma nefasta surpresa: um paralelepipedo cheio de jaça, enquanto a Nação espera um diamante puro, para saldar as contas políticas do passado,